

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.389 - CE (2018/0106972-7)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADOR : CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA E OUTRO(S) - CE005207**  
**RECORRIDO : ERIVALDO SOUSA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : SANDRA MARIA MATOS ROCHA E OUTRO(S) - CE008263**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Ceará, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça assim ementado (e-STJ, fls. 222/223):

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO POR REPRESENTAÇÃO DE GABINETE. PERCEBIMENTO POR MAIS DE CINCO ANOS ININTERRUPTOS. ART. 2º DA LEI 10.722/82. DIREITO ADQUIRIDO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. Dispõe o art. 2º da Lei Estadual nº 10.722/82 que o "Policial Militar ao ser transferido para a inatividade, de acordo com as Leis números 10.072, de 20.12.76, 10.485 de 7.5.81, e 10.633, de 15.4.82, incorporará aos seus proventos, as vantagens da Comissão em cujo exercício se encontrar, desde que haja exercido, ou venha a exercer, durante cinco anos ininterruptos, ou dez intercalados, cargos de provimento em comissão ou função gratificada, bem ainda haja percebido durante igual período, gratificação pela representação de gabinete previstos no sistema administrativo do Estado."

2. Ao compulsar os autos, verifico que as certidões de fls. 25 à 28 aliadas ao comprovante de rendimentos referente ao meses de janeiro e julho de 2013 (fls. 33 e 34) demonstram, de forma categórica, o percebimento da gratificação por representação de gabinete por mais de 05 (cinco) anos ininterruptos, e seu pagamento quando da passagem do impetrante para a reserva.

3. O impetrante implementou os requisitos legalmente exigidos para a incorporação a seus proventos de aposentadoria da gratificação perseguida.

4. Liminar ratificada e segurança concedida.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram rejeitados.

O recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973.

Sustenta que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar quanto às questões essenciais ao deslinde da controvérsia, consistentes: (i) na ausência da obediência cumulativa aos requisitos do art. 2º

# *Superior Tribunal de Justiça*

da Lei estadual n. 10.722/1992; (ii) na ofensa à vedação constitucional ao efeito cascata (art. 37, XIV, da Constituição); (iii) na ofensa ao princípio da isonomia entre ativos e inativos (art. 40, § 2º, Constituição); e (iv) na impossibilidade de extensão de vantagens próprias da atividade aos inativos, ante a ofensa ao princípio da moralidade administrativa.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 256/264).

Parecer do Ministério Público Federal, opinando que "[...] o impetrante comprovou o recebimento da gratificação de representação de gabinete no período referido. Assim, quando do advento da Lei Estadual n. 12.913, de 17 de junho de 1999, já recebia aquela verba por mais de seis anos ininterruptos, estando preenchido, portanto, o requisito temporal previsto no art. 2º da Lei n. 10.722/82. Deste modo, é aplicável este diploma legal ao caso em epígrafe, tendo em vista o direito adquirido do autor" (e-STJ, fl. 216).

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

É o que se depreende da leitura dos seguintes trechos do voto condutor do aresto impugnado (e-STJ, fl. 228):

Ao compulsar os autos, verifico que as certidões de fls. 25 à 28 aliadas ao comprovante de rendimentos referente ao meses de janeiro e julho de 2013 (fls. 33 e 34) demonstram, de forma categórica, o recebimento da gratificação por representação de gabinete por mais de 05 (cinco) anos ininterruptos, e seu pagamento quando da passagem do impetrante para a reserva.

Quanto a alegada ausência de previsão legal da incorporação da gratificação ora perseguida, em razão da revogação do dispositivo retro transcrito, cediço que os efeitos de uma lei revogada são mantidos aos fatos sobre os quais incidiu, já que se trata de situação juridicamente constituída.

Desse modo, conclui-se, inequivocamente, que o impetrante implementou os requisitos legalmente exigidos para a incorporação a seus proventos de aposentadoria da gratificação pleiteada.

A lei é clara quanto aos requisitos exigidos, quais sejam, "desde que haja exercido, ou venha a exercer, durante cinco anos ininterruptos ou dez intercalados, cargos de provimento em comissão ou função gratificada" e "haja percebido durante igual período, gratificação pela representação de gabinete". Tais requisitos estão amplamente demonstrados pelo Impetrante, pouco importando se o período cessou em 2005.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade ou contradição do aresto. O fato de o Tribunal de origem haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

# Superior Tribunal de Justiça

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE PROVENTOS DE POLICIAL MILITAR INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE INATIVIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não configura violação do art. 535 do CPC quanto à análise de dispositivos constitucionais pelo Tribunal *a quo*, porquanto, a teor da Súmula 356/STF, a mera oposição de Embargos de Declaração mostra-se suficiente à abertura de acesso à via extraordinária. Ademais, é vedado a este Tribunal apreciar a violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, uma vez que o julgamento de matéria de índole constitucional é reservado ao Supremo Tribunal Federal.

2. No presente caso, a percepção da gratificação tal como requerida demandaria, inquestionavelmente, a análise da legislação local, em particular a Lei Estadual Pernambucana 10.426/90 e a LCE Pernambucana 59/04, o que torna inviável o acolhimento do Recurso Especial, tendo em vista o disposto na Súmula 280 do STF.

3. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 33.807/PE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 4/3/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. POLICIAL MILITAR ESTADUAL. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. INTERPRETAÇÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão dos Embargos Declaratórios apreciaram, fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

II. Para afastar a prescrição do direito de ação, o acórdão recorrido concluiu que "a Lei Complementar Estadual nº 059/04, instituidora da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo e Gratificação de Risco de Atividade de Defesa Civil em favor dos militares estaduais da ativa, não causou efeitos concretos sobre direitos já adquiridos pelos inativos e pensionistas da PMPE, mas sim, configurou-se em uma nova vantagem que se pretende fazer estender, na qualidade de ex-militar, aposentados. Assim, conforme vasta

# Superior Tribunal de Justiça

jurisprudência, configurada a omissão da Administração e, ainda, não tendo havido qualquer negativa quanto ao pleito perseguido, não há como ser reconhecida a prescrição do próprio fundo de direito, contrário sensu, afigura-se correta a aplicação da Súmula 85/STJ, por evidenciar relação jurídica de trato sucessivo".

III. Nos termos da jurisprudência desta Corte, no julgamento de pretensão análoga, "o acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto ao direito ao benefício reclamado - feita com base na interpretação do direito local (Lei Complementar nº 59/2004) -, é vedado a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'" (STJ, AgRg no AREsp 650.719/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2015). Ainda: STJ, AgRg no AREsp 529.846/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/10/2014.

[...]

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp 596.681/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/11/2015, DJe 19/11/2015)

Por outro lado, não é possível esta Corte, no âmbito do recurso especial, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido que reconheceu o direito de policial militar aposentado à incorporação de gratificação prevista em lei estadual, uma vez que é vedado por força da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MILITAR. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. PENSÃO POR MORTE. CÁLCULO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. O exame da violação de dispositivos constitucionais (arts. 37, XV, e 40, § 7º, II, da CF) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

2. O Tribunal *a quo*, soberano na análise do contexto fático-probatório, consignou: "A controvérsia a ser solvida cinge-se a averiguar o acerto da decisão monocrática que reconheceu o direito da parte autora de incorporação recomenda a avaliação da situação que culminou com pagamento pela União da VPNI ao instituidor da pensão militar. [...] No caso, tendo sido constatado equívoco administrativo de revisão da concessão de reforma para proventos integrais, optou a administração em observância ao princípio de irredutibilidade de vencimentos em desdobrar os proventos com o acréscimo da parcela por erro como rubrica complemento de soldo. Ora, se ao instituidor da pensão militar era pago determinado valor de proventos distribuídos em duas rubricas, uma relativa ao soldo proporcional e outra a título de VPNI, implementada para corrigir a falha administrativa, a pensão militar deve observar o valor real dos proventos do militar falecido

# *Superior Tribunal de Justiça*

(proporcional - 27/30), sob pena de perpetuação do ato" (fls. 136-138, e-STJ).

3. Dessa forma, aplicar posicionamento distinto do proferido pelo aresto confrontado acarreta reexame de matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme determina a sua Súmula 7. Precedentes: AgRg no AREsp 314.885/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28.5.2013; e REsp 598.110/RJ, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 29.10.2007.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.533.655/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 8/9/2015)

Administrativo. Militar. Incorporação de gratificação. Recurso especial. Impossibilidade de exame de ofensa a lei estadual (Súmula 280/STF). Dúvida a respeito da existência de direito líquido e certo (Súmula 7). Decadência (não-ocorrência). Ofensa ao art. 535 do Cód. de Pr. Civil. Questão nova (impossibilidade). Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 447.742/PI, Rel. Min. NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 19/5/2005, DJ 22/8/2005, p. 350)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Ministro